



POLÍTICA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E A PERCEPÇÃO DOS RISCOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO EM MARICÁ-RJ

César Pedrosa Soares¹
Maria da Penha Vasconcellos²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de compreender a percepção das lideranças/representantes de grupos sociais maricaenses sobre os riscos associados à exploração de petróleo neste município e a relação destes com o uso atual das compensações financeiras. Com base na conceituação referente à sociedade de risco e apoiando-se em dados coletados em 2021 a partir de uma pesquisa de campo realizada em Maricá-RJ com agentes governamentais e a representante da colônia de pescadores da região, os resultados além de destacarem o caráter múltiplo referente às percepções dos riscos existentes neste local, apontam que definições específicas de risco se apresentam de forma importante na determinação de como os recursos advindos da compensação financeira são alocados no município. O artigo contribui para fomentar a discussão sobre o papel das compensações nos cenários de exploração de petróleo.

Palavras-chave: Política de compensação financeira; exploração de petróleo; percepção de risco

FINANCIAL COMPENSATION POLICY AND THE PERCEPTION OF OIL EXPLORATION RISKS IN MARICÁ-RJ

Abstract: This article aims to understand the perception of leaders/representatives of social groups from Maricá-RJ about the risks associated with oil exploration in this municipality and their relationship with the current use of financial compensation. Based on the concept referring to the risk society and relying on data collected in 2021 from a field survey carried out in Maricá with government agents and a representative of the region's fishermen's colony, the results, in addition to highlighting the character multiple referring to the perceptions of risks existing in this location, point out that specific definitions of risk are important in determining how the resources arising from financial compensation are allocated in the municipality. The article contributes to fomenting the discussion about the role of compensations in oil exploration scenarios.

Keywords: Financial compensation policy; oil exploration; risk perception

Artigo recebido em: 26/01/2023 Aprovado em: 17/11/2023
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v27n2.2023.52>

¹ Graduação em Psicologia. Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade. Mestrado em Políticas Públicas. E-mail: cpscesar@gmail.com.

² Graduação em Psicologia. Doutorado em Saúde Pública. Mestrado em Psicologia Social. E-mail: mpvascon@usp.br

1 INTRODUÇÃO

Maricá se apresenta como um dos municípios que mais se beneficia atualmente no Brasil, em termos financeiros, com a política de Compensação Financeira (CF), como vem destacando os dados disponibilizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP)¹. Este local vem ganhando notoriedade ante o uso dessa receita para o financiamento de uma série de políticas públicas (BETIM, 2020), inexistindo estudos, até o momento, que analisem a percepção da população local sobre a relação entre o uso da CF e os riscos advindos da exploração de petróleo no município.

A política de CF se configura como um instrumento econômico de gestão ambiental implementado com o intuito de lidar com os riscos, ameaças e impactos sociais e ambientais relacionados à exploração de recursos naturais – como na utilização da água para a geração de energia pelas barragens hidrelétricas, em projetos de exploração de minérios, em atividades exploratórias de petróleo e gás natural, entre outros –, sendo estes apreendidos, em termos econômicos, como externalidades negativas (PIGOU, 1920; OECD, 2001; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). Estudos que abordam os principais riscos vinculados à exploração de recursos naturais, destacam uma exposição mais elevada da população local à degradação ambiental e a desastres, ao comparar com regiões que não apresentam esta atividade (ACSELRAD, 1991; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007; LEAL, 2013; FEARNSSIDE, 2015; ZHOURI, 2018). Nesse contexto, este artigo visa analisar se, de fato, a CF lida adequadamente com os danos socioambientais gerados pela exploração do petróleo.

O crescente risco em tais situações vem sendo caracterizado por estudos a partir do conceito de “sociedade de risco”, cunhado por Ulrich Beck (2010b). Detalhadamente, configura-se como uma sociedade onde os riscos passam a ser incalculáveis, incontroláveis e não compensáveis. Nesse contexto, decorrido a partir de uma racionalidade-técnica científica dominante e denominado de modernidade reflexiva², instrumentos de gestão de riscos, como a CF, passam a ser incapazes de lidar com as atuais incertezas e imprevisibilidades existentes na sociedade (BECK, 2010B; BECK, 2015; BOSCO, 2016). Beck (2010b) destaca a importância em analisar os riscos para a compreensão das sociedades contemporâneas, ante o seu caráter estrutural. Ao abordar a significação dos riscos atuais, o autor aponta que a percepção destes não está restrita às determinações técnicas, mas mediada por aspectos históricos, sociais, culturais e políticos, sendo importante para a sua compreensão estudos que abordem a sua caracterização em realidades distintas (RENN, 1992; GUIVANT, 1998; BECK, 2015; DI GIULIO *et al.*, 2015; BOSCO; DI GIULIO, 2015; BOSCO, 2016; BOSCO; FERREIRA, 2016).

Dentre os estudos que utilizaram o conceito de sociedade de risco para analisar o contexto de exploração de petróleo no Brasil, a temática abordada se refere tanto à discussão da inter-relação dos processos sociais e ecológicos ocorridos no vazamento de óleo de uma refinaria no Brasil e da política energética brasileira, quanto à discussão dos aspectos jurídicos do dano ambiental e das práticas participativas na gestão pública dos riscos (ACSELRAD; MELLO, 2002; LEITE; SILVA, 2012; DA SILVA, 2013; SANTOS, 2014; MAIO JUNIOR, DE TADEUCCI; DE OLIVEIRA, 2014). No entanto, até o momento, não foi possível localizar investigações que empregam este conceito para a análise do uso de instrumentos econômicos de gestão ambiental no Brasil, considerando a percepção de risco dos indivíduos relacionada à exploração de petróleo.

Com o intuito de contribuir para a produção de pesquisa nesta direção, este artigo, com base na conceituação referente à sociedade de risco, tem o objetivo de compreender a percepção das lideranças/representantes de grupos sociais maricaense sobre os riscos associados à exploração de petróleo neste município e a relação destes com o uso da CF³. Os dados que embasaram esta pesquisa foram coletados a partir de uma pesquisa de campo realizada em Maricá, em 2021, com agentes governamentais e a representante da colônia de pescadores da região. As informações apresentadas no artigo contribuem de forma importante para a área de estudo referente às políticas de CF ao fomentar a discussão sobre o papel desta em cenários de exploração de petróleo. Adicionalmente, o recorte teórico utilizado contribui para a análise das percepções de risco obtidas a partir do recorte empírico empregado.

Ao indagar sobre as percepções de risco associadas à exploração de petróleo e como a CF se relaciona com esta questão, este artigo não visa exaltar esta política, mas, a partir da sua análise, compreender os desafios existentes em contextos de exploração de recursos naturais, em uma sociedade cada vez mais caracterizada pelo risco.

2 METODOLOGIA

Configurando-se como uma pesquisa qualitativa, o presente estudo se apoia em dados empíricos, apresentando como unidade de análise o município de Maricá, onde as informações foram coletadas a partir de entrevistas realizadas com indivíduos vinculados à prefeitura do município e à população tradicional de pescadores local⁴. Estas tiveram como orientação um roteiro semiestruturado, possibilitando acessar aspectos contextuais, assim como avaliações individuais de diferentes grupos sociais existentes em Maricá relacionadas à percepção dos riscos neste local (DE SOUZA MINAYO;

DESLANDES, 2011; MAY, 2011). Apresentando-se como uma técnica de coleta de dados apropriada para a compreensão das percepções de risco em uma determinada população, buscou-se obter informações de caráter subjetivo sobre o risco que possibilitassem compreender aspectos coletivos transversais ao contexto social vivido pelo indivíduo entrevistado (DUARTE, 2004; DI GIULIO *et al.*, 2015).

A escolha dos entrevistados ocorreu a partir da técnica denominada “bola de neve”, ou *snowball* (ATKINSON; FLINT, 2001; VINUTO, 2014). Assim, conforme destacado no Quadro 1, a partir da escolha inicial, pelos pesquisadores, das secretarias do município que estavam vinculadas com o tema referente à CF, objeto de pesquisa deste artigo, foram solicitadas, ao final das primeiras entrevistas, indicações de atores chave que poderiam abordar a temática em Maricá. Este processo de “bola de neve” foi realizado com as entrevistas subsequentes, abrangendo, ao final, quatro secretarias municipais, um órgão estadual e o(a) representante/liderança de um grupo de 29 colônias de pescadores tradicionais da região. Os dados obtidos através das entrevistas realizadas com estes indivíduos compuseram um leque de informações sobre os riscos advindos da exploração de petróleo e a relação destes com o uso da CF, possibilitando analisar as percepções dos entrevistados sobre o tema.

O Quadro 1 sintetiza as informações referentes às secretarias, entrevistados(as), o tempo das entrevistas e os temas que guiaram as entrevistas realizadas.

Quadro 1 - Informações sobre as entrevistas, Maricá, 2021

Entrevistados	Tempo da Entrevista	Indicação (Técnica Bola de Neve)	Temas das Entrevistas (Semiestruturada)
Representante da Secretaria de Assistência Social (SAS)	47 minutos	Escolhida previamente para ser entrevistada. Indicou a SAPP.	Foi utilizado o mesmo roteiro semiestruturado para todas as entrevistas. Este abarcava os seguintes temas: - Riscos e a exploração de petróleo - Riscos e o uso da CF -Populações tradicionais e a CF - Como e quais políticas públicas são implementadas a partir da CF - Riscos ainda existentes, apesar da CF
Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Comércio, Indústria, Petróleo e Portos (SDECIPP)	44 minutos	Escolhida previamente para ser entrevistada. Indicou a SCS.	
Representante da Secretaria de Cidade Sustentável (SCS)	31 minutos	Indicada pela SDECIPP. Não fez indicação.	
Representante da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPP)	56 minutos. O(A) representante da SAPP convidou o(a) representante da FIPERJ de Maricá para participar da reunião. Portanto, a entrevista foi realizada em conjunto.	Indicada pela SAS. Indicou a Colônia de Pescadores tradicionais da região.	
Representante de Maricá da Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ)			
Representante de um grupo de Colônias de Pescadores (CP) tradicionais da região (representando 29 colônias)	37 minutos	Indicada pela SAPP e FIPERJ. Não fez indicação.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Destaca-se que durante toda a pesquisa de campo os entrevistados tinham ciência do estudo e do sigilo sobre a sua identidade, concordando em participar. Adicionalmente, ante o limite de tempo por conta das condições sanitárias existentes no período devido à COVID-19, ressalta-se a impossibilidade de abarcar de forma representativa uma amostra que permitisse abranger de forma generalizada as

percepções existentes em Maricá. Portanto, considerando a metodologia empregada e os dados obtidos, esta pesquisa possibilita a discussão sobre as percepções de risco dos grupos entrevistados e a sua compreensão sobre a relação destas com o uso das CF.

2.1 A análise da percepção de risco

A percepção dos riscos é compreendida neste artigo como sendo atravessada por aspectos sociais e culturais – como questões políticas, estéticas, morais, científicas e institucionais –, sendo o estudo de contextos sociais e processos ambientais específicos importante para compreender o seu significado e a forma que os riscos são legitimados (DOUGLAS, 1986; GUIVANT, 1998; LUPTON, 1999; KASPERSON; KASPERSON, 2005; HANNIGAN, 2006; RENN, 2008; DI GIULIO *et al.*, 2015). Este entendimento em relação à percepção dos riscos está em consonância com a forma que estes são abarcados a partir da conceituação vinculada à sociedade de risco de Beck (2010b) utilizada neste artigo (WILKINSON, 2001; HANNIGAN, 2006; DI GIULIO *et al.*, 2015).

Apoiando-se nessa perspectiva supracitada, com o intuito de abarcar a percepção dos riscos advindos da exploração de petróleo e a relação destes com o uso da CF em Maricá, este estudo enfocou tanto os significados de riscos existentes entre os diferentes grupos sociais locais, assim como a forma que estes percebem, a partir da sua situação de vida concreta, o enfrentamento desses riscos a partir das CF. Para tanto, conforme exposto no Quadro 1, foram entrevistados indivíduos vinculados à administração da prefeitura local e estadual, assim como um(a) representante de 29 colônias de pescadores tradicionais da região, representando 170 pescadores de Maricá. Tal escolha possibilitou não só observar as distintas percepções de risco existentes em Maricá, mas quais significações de risco são legítimas, ou não, para a ação política relacionada ao uso da CF.

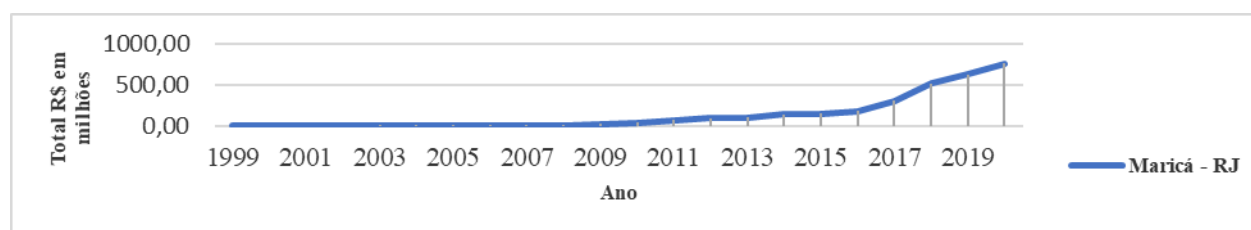
3 MARICÁ

Localizado no estado do Rio de Janeiro, em específico na região dos lagos, Maricá se apresenta como um município marcado por um complexo lagunar e com 61% do seu território em unidades de conservação. Inserido, ainda, em uma região caracterizada pela exploração de petróleo e gás natural, em 2020, este local recebeu uma CF acima de R\$ 700 mi, configurando-se como a maior quantia distribuída entre os municípios do Brasil neste período. Apesar de ser caracterizada como petro-rentista,

Maricá não possui, até o momento, uma cadeia produtiva sustentada pela indústria de petróleo. Apresentando-se geograficamente como o ponto terrestre mais próximo dos campos da Bacia de Santos, Maricá passa a apresentar uma vocação para a exploração deste recurso natural com o advento do pré-sal (IDR, 2019; IBGE, s/d).

Historicamente, Maricá se configura como uma cidade dormitório, apresentando baixa oportunidade de atividade produtiva. Tal característica está conectada com a sua proximidade a grandes centros urbanos, como a cidade do Rio de Janeiro e Niterói, onde a oferta de emprego é mais atrativa para a população. No entanto, com o início do recebimento de CF no ano 2009, conforme expõe o Gráfico 1, este perfil vem se alterando, especialmente por conta do uso destas receitas para a implementação de políticas públicas (PEREIRA ET AL., 2020).

Gráfico 1 - Série histórica das CF recebidas, Maricá, 1999-2020



Fonte: Dados referentes à soma dos royalties⁵ e das participações especiais extraídos do site da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Elaborado pelos autores.

Dentre as ações públicas, destaca-se a Renda Básica de Cidadania (RBC), implementada a partir da moeda Mumbuca, uma moeda social, distribuída para parte da população. Com circulação restrita à cidade de Maricá, esta política garante a permanência do dinheiro no município, estimulando a economia local. Em conexão com esta moeda, uma série de outras ações são realizadas, como, por exemplo, o Programa de Amparo ao Emprego (PAE) e o Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT), responsáveis por garantir a renda e a manutenção do emprego no município durante a pandemia de COVID-19 (PEREIRA *et al.*, 2020; MURALHA, 2020).

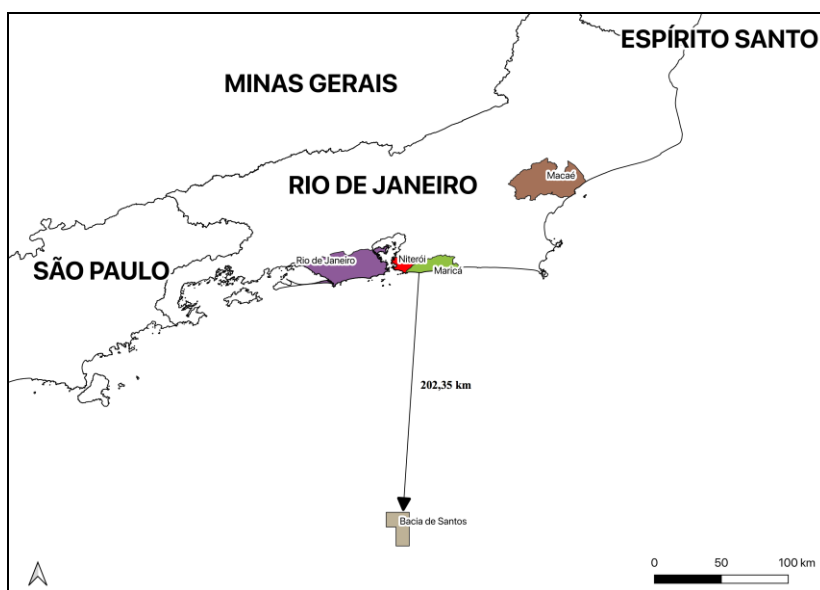
Adicionalmente, destaca-se o uso das CF na área da educação, visando a qualificação profissional e o acesso à universidade para a população local a partir da implementação do passaporte universitário; na disponibilização de transporte público, como ônibus e bicicleta, sem custos ao passageiro, visando a mobilidade da população e; na melhora da infraestrutura da cidade, com asfaltamento, criação de ciclovias, entre outros. Cabe apontar, ainda, a aplicação da CF nas áreas da saúde e do meio ambiente. Respectivamente, com a criação do Hospital Che Guevara, voltado para o tratamento de COVID-19, e com

a implementação do programa de coleta de lixo, com destinação à unidade de tratamento, e a realização de atividades de educação ambiental a partir da criação do eco museu local⁶.

Todas essas ações implementadas a partir do uso das CF impõem à Maricá um processo de mudança socioambiental acelerado. Nesse contexto, o município não só inicia um importante processo de superação de problemas socioeconômicos – como, por exemplo, a desigualdade social e a pobreza –, como passa a viver, concomitantemente, com velhos e novos problemas advindos desta situação (SOCHACZEWSKI, 2004; SOUZA, 2015; FABRICIO, 2018; G1, 2021; TOLEDO, 2021). Ainda que não tenha ocorrido nenhum desastre socioambiental relacionado à exploração de petróleo, com o início desta atividade, o local passa a conviver com este risco permanentemente. Com um aumento populacional de 29% entre os anos de 2010 e 2020 (IBGE, s/d), impulsionado pelas melhores condições de vida ofertadas pelas políticas públicas supracitadas, e a coexistência de um antigo problema conectado à precária rede de saneamento básico, Maricá parece, ainda, por meio de seus gestores, não só não avançar nas questões que colocam em risco a distribuição de água potável para a população, mas também na manutenção dos ecossistemas locais, visto que uma quantidade cada vez maior de esgoto é depositada nas lagoas, ocasionando a mortandade frequente de peixes e colocando em risco a saúde dos indivíduos e o meio de vida dos pescadores tradicionais localizados na região (SOUZA, 2015; FIOCRUZ, 2015).

A Figura 1 destaca a localização de Maricá, assim como a Bacia de Santos, onde a exploração de petróleo no pré-sal possibilita o recebimento de CF pelo município.

Figura 1: Mapa de Maricá, Maricá, 2021



Fonte: Dados obtidos pela ANP. Elaborado pelos autores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: os riscos na sociedade maricaense e o uso da CF

O advento da exploração de petróleo e, consequentemente, o recebimento das CF, representam um divisor de águas em Maricá. Com exceção da SAPP e da FIPERJ, esta percepção é unânime entre os entrevistados vinculados às secretarias da prefeitura do município, que exaltam a forma como a CF vem sendo utilizada no local, apontando que a partir do ex-prefeito Washington Luiz Cardoso Siqueira, conhecido como Washington Quaqué, políticas públicas sociais e de infraestrutura foram iniciadas, sendo continuadas pelo atual prefeito Fabiano Horta, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Expõem que a CF não só estaria sendo utilizada em prol da população, mas possibilitando a transição de Maricá para um estágio de independência destes recursos financeiros advindos da exploração de petróleo e, consequentemente, do risco inerente a esta atividade. Apesar de não citarem temporalmente quando ocorreria, a CF serviria como o estopim para a construção de um município capaz de gerar emprego, renda e atividade econômica pujante, apresentando como orientação principal o enfrentamento dos problemas sociais existentes no local:

Sempre visando o combate à desigualdade, justiça e oportunidade para todos. Não dá para construir políticas de desenvolvimento que vão contra isso [...] É a partir de um recurso que vem de uma energia poluente, aproveitar desse ciclo, e estruturar ações sustentáveis e que venham contribuir para essa virada de página [...] O dinheiro do royalty está fomentando e incentivando um arranjo produtivo local que conjuga com uma ação sustentável e não poluente [...] Quando você vai ter de novo uma oportunidade de compensação, ou receita, que contribua para que você supere o passivo e consiga manter a cidade posteriormente sem a receita? (entrevistado(a) da SDECIPP).

A exploração de petróleo se apresenta como uma ação desejada pelos entrevistados das secretarias da prefeitura que, apesar de reconhecerem o seu caráter finito, acreditam que o município ainda poderá contar com os seus benefícios durante um longo período. Compreendendo que as atividades que acompanham a exploração de petróleo são capazes de gerar mais riquezas materiais, mão de obra e tecnologia, os entrevistados destacam as ações que estão sendo implementadas para tornar Maricá um polo de exploração deste recurso natural no pré-sal. Como, por exemplo, o projeto de construção de um porto com um parque industrial e tecnológico localizado na retroárea, com o intuito de atrair empreendimentos que dependem desta matéria-prima – como indústria de cerâmica, fertilizantes, vidros, petroquímica em geral, entre outros. Especificamente, em conjunto com o aeroporto já existente na cidade, e a proximidade geográfica do município aos campos de pré-sal, ressaltam o setor portuário como crucial para a estruturação da cadeia industrial petroquímica em Maricá: “Queremos aproveitar o posicionamento

estratégico em relação ao aeroporto e o porto, para que a cidade seja inserida na cadeia de indústria de petróleo do Brasil (entrevistado(a) da SDECIPP)”.

Para além disso, com o intuito de evitar a situação atual do município de Macaé, descrito pelos entrevistados como um local cuja economia é restrita à indústria de petróleo e, consequentemente, alvo da Maldição dos Recursos Naturais (MRN), o uso da CF em Maricá objetiva, também, diversificar a economia e investir na qualificação da mão de obra local, possibilitando o surgimento de novos arranjos econômicos no município. A teoria da MRN destaca que locais que apresentam abundância de recursos naturais, como é o caso de Maricá em relação ao petróleo, apresentam uma maior probabilidade de exibirem impactos sociais negativos e baixos resultados de desempenho econômico (ROSS, 1999; ROSSER, 2006). Nesse sentido, contrapondo-se explicitamente à MRN, os entrevistados apontam que Maricá venceria a longo prazo essa maldição.

Na perspectiva desses entrevistados, portanto, há a percepção de que os riscos advindos da exploração de petróleo, apesar de existirem, são contrabalanceados pela política de CF. Tal posicionamento otimista em relação a esta atividade, em conjunto com a minimização dos riscos, encontra respaldo em linhas de pesquisa vinculadas à sociologia ambiental, especialmente no que tange o entendimento de que a CF não só é capaz de melhorar a qualidade de vida da população local, mas surge como uma possibilidade para avançar em direção a uma situação de independência da exploração de petróleo. Denominada modernização ecológica, indo no sentido contrário ao defendido pela teoria referente à sociedade de risco (ACSELRAD, 2002), esta perspectiva vai ao encontro da fala transcrita acima, compreendendo que é possível avançar em direção a um mundo sustentável social e ambientalmente se apoiando em receitas advindas de uma atividade que inerentemente gera riscos e ameaças socioambientais. A CF, com o intuito de lidar com os riscos e ameaças sociais e ambientais advindas do processo exploratório de petróleo, surge como um possível mecanismo econômico de governança ambiental capaz de catalisar o surgimento de soluções inovadoras, o incremento de oportunidades locais e a emancipação em relação à dependência das atividades de extração e produção e, consequentemente, das receitas vinculadas a elas (BLOWERS, 1997; HUBER, 2000; MOL; SONNENFELD, 2014).

A perspectiva supracitada, contudo, é contestada na realidade maricaense a partir da percepção do(a) representante das CP da região em relação à exploração de petróleo: “Não vejo nada de bom em relação à pesca, em relação à exploração de petróleo [...] o prejuízo já está aí [...] não é o que queríamos. Na verdade, não queríamos nada disso (entrevistado(a) das CP)”. É transversal a todo o seu discurso uma percepção dos riscos vinculados à exploração de petróleo distinta daquela exposta pelos

entrevistados das secretarias da prefeitura de Maricá. Como é narrado, com o avanço da exploração de petróleo, o meio de vida dos pescadores passou a ser ameaçado com a diminuição dos peixes, ante o aumento de fluxo de embarcações na região, e a consequente falta de rentabilidade da atividade. Situação observada, também, por estudos realizados na região (SOUZA, 2015; FIOCRUZ, 2015).

Cabe destacar que essa contraposição de percepções pode estar relacionada ao contexto ambiental que cada entrevistado está inserido, explicitando conflitos de interesses econômicos e socioambientais. Em outras palavras, indivíduos que residem em lugares onde a mudança ocasionada pela exploração é mais evidente sensorialmente, tendem a ter uma percepção mais aguçada em relação ao risco (BRODY *et al.*, 2008). Isto ocorre com os pescadores de Maricá, que estão diariamente em contato com o complexo lagunar e a área marítima da região, em contraposição com os outros entrevistados das secretarias da prefeitura. Com exceção da SAPP e da FIPERJ que estão vinculadas diretamente à pesca. Os entrevistados, neste caso, estão em consonância com o(a) representante das CP.

Nota-se, a partir deste contexto, o caráter socialmente construído que abarca a percepção dos riscos, sendo mediada por aspectos ambientais, políticos, históricos e culturais e apresentando características materiais e imateriais distintas a depender do indivíduo, ou grupo, e do contexto social no qual está inserido (WILKINSON, 2001; HANNIGAN, 2006; BECK, 2015; BOSCO; DI GIULIO, 2015; DI GIULIO *et al.*, 2015; BOSCO, 2016). A objetividade do risco, a partir deste entendimento, não é apartada da sua percepção. Ao contrário, a percepção garante a existência do risco (BECK, 2015; BOSCO; DI GIULIO, 2015; BOSCO, 2016). Dito de outra forma, é através desta encenação do risco, como Beck denomina a exigência da percepção para a garantia da realidade dos riscos (BECK, 2015), que estes são caracterizados como urgentes, perigosos, inexistentes e desprezíveis.

No contexto exposto referente à exploração de petróleo em Maricá, um conjunto de percepções sobre os riscos são mobilizados, visando, por um lado, sustentar discursivamente essa atividade exploratória e justificar os seus impactos socioambientais e, por outro, apontar o seu caráter violento ao alterar os ecossistemas naturais e os meios de vida dos pescadores. A CF, ao ter o seu uso definido por secretarias que percebem os riscos advindos da exploração de petróleo de forma minimizada, representa o aprofundamento de uma significação específica sobre os riscos advindos desta atividade, em detrimento de outras existentes em Maricá (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007; ZHOURI, 2008; MARTINEZ-ALIER, 2011; TEIXEIRA, ZHOURI; MOTTA, 2021).

Em Maricá, a sobreposição desta significação específica do risco representa novos ganhos mercadológicos para determinados grupos vinculados a esta atividade exploratória, como é possível notar

a partir dos grandes empreendimentos que estão sendo implementados no local – aeroporto, porto, *resort*, entre outros. Em outras palavras, significados específicos sobre os riscos são capazes de estabelecer distribuições desiguais de prejuízos e benefícios (BECK, 2010B). Como dado empírico relacionado a este cenário, destaca-se a consternação do representante das CP da região ao apontar que apesar dos novos empregos que surgirão a partir da construção do complexo portuário em Maricá, não só a população local não se beneficiará, como a pesca estaria fadada a terminar. Dando continuidade à fala, ele (a) afirma:

Entendo que a cidade tem que progredir, mas vai impactar de uma forma negativa a pesca e os pescadores [...] A expectativa é que todos possam se adequar, e que não tenham tantos prejuízos, o problema já está ali, a gente tem que se adequar e tentar resolver da melhor forma [...] Lutando com nossos próprios meios, sem ajuda nenhuma do governo (entrevistado(a) das CP).

Há a definição, portanto, dos riscos que devem, ou não, serem considerados. Ao defini-los conforme a percepção dos entrevistados das secretarias da prefeitura, garante-se que a exploração de petróleo continue. A distribuição de benefícios e prejuízos relacionados aos riscos são, assim, alvo de relações de poder político econômico de distintas partes interessadas existentes em Maricá, mas que transpassam este local, já que a cadeia de petróleo se constitui em âmbito internacional (WATTS, 2001; BECK, 2010B). Nesse cenário, o grupo de pescadores, representando o lado mais vulnerável, ao apresentar uma percepção dos riscos advindos da exploração de petróleo distinta dos representantes das secretarias da prefeitura, acaba tendo que aceitar e se adaptar às inevitáveis mudanças ocasionadas por essa atividade que traz cada vez mais riscos a sua existência. A fala transcrita acima, enquanto categoria empírica para compreender as relações de poder existentes ao redor das significações sobre os riscos em Maricá, escancara a desigualdade de poder na definição e distribuição dos riscos neste município, e a ausência de discussão entre os diversos grupos de interesse que compõem a comunidade local.

Sem o apoio do estado, conforme destaca o(a) entrevistado(a), os pescadores se organizaram entre si para dar suporte ao seu grupo perante os problemas enfrentados no dia a dia. Fato evidenciado, também, a partir de meios de comunicação que denunciam os conflitos socioambientais existentes na região (FIOCRUZ, 2015). Portanto, enquanto membros da prefeitura exaltam determinados benefícios em detrimento dos prejuízos que a exploração de petróleo pode trazer, grupos mais vulneráveis da sociedade sofrem com estas decisões, sendo atingidos de forma desproporcional (SOCHACZEWSKI, 2004; ZHOURI, LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005; ZHOURI, 2008; LEAL, 2013; SOUZA, 2015; FABRICIO, 2018; TOLEDO, 2021). Esta compreensão é corroborada, também, a partir da fala dos entrevistados da SAPP e da FIPERJ. Ao contrário dos entrevistados das outras secretarias, estes partilham em certos

pontos a percepção de risco do(a) representante das CP, ao enfatizar a ausência de políticas públicas financiadas pela CF enfocando as demandas do pescador.

O uso da CF em Maricá, portanto, não se apresenta como uma resposta consensual e definitiva para os riscos socioambientais advindos da exploração de petróleo, como destacado tacitamente na fala dos entrevistados vinculados às secretarias da prefeitura, mas como um processo político envolvendo relações não lineares de poder político, social e econômico, ancorado em percepções específicas dos riscos. De acordo com essa perspectiva, conectada à área de estudos da ecologia política, a dependência em relação à exploração de petróleo não esvanecerá a partir das CF, visto que esta aprofundaria os riscos socioambientais, compondo cenários de injustiça ambiental, ao distribuir de forma desigual entre a população os riscos e benefícios vinculados à esta atividade (MARTINEZ-ALIER, 1997; WATTS, 2001; ZHOURI, LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005; ZHOURI, 2008; ACSELRAD, 2008; ACSELRAD, MELLO; BEZERRA, 2009; BECK, 2010B; MARTINEZ-ALIER, 2011; LEAL, 2013; LEFF, 2014).

Em concordância com esta perspectiva, os entrevistados da SAPP e da FIPERJ, em consonância com o(a) representante da CP, destacam os novos riscos que passaram a surgir a partir do uso da CF em Maricá. Com o aumento desordenado da população, causado pela procura por uma melhor qualidade de vida que as políticas públicas implementadas pela prefeitura de Maricá são reconhecidas por proporcionar, passou a ocorrer um crescente depósito de esgoto nas lagoas, colocando em risco o meio de vida dos pescadores. Reconhecendo a situação, a prefeitura realiza ações paliativas, como destacam os entrevistados das secretarias:

Com a chuva e alta maré, há uma maior viscosidade da água e falta de oxigenação, algo que hoje é corriqueiro ante o tamanho da cidade e falta de tratamento de água e esgoto [...] Depois do período de verão e de grandes festas, que as casas ficam cheias, há mais carga orgânica, geração de algas, e outros problemas de eutrofização, que causa a perda anual de peixes, no último ano foram três toneladas [...] Abrimos, também, quando está muito cheio por conta de uma enchente, visando escoar, ou quando tem uma mortandade muito grande, ou quando a lâmina d'água está muito baixa, realizamos a abertura para que o mar entre, mas é um paliativo em relação ao pescado (entrevistado(a) da SCS).

Há, portanto, um paradoxo. Apesar das políticas públicas implementadas a partir da CF terem melhorado a vida da população, como destaca os entrevistados das secretarias da prefeitura de Maricá e, inclusive, o(a) representante das CP, no que tange à infraestrutura da cidade, educação e saúde, novos riscos passaram a ser percebidos por todos os atores entrevistados. Os novos problemas que passam a existir em Maricá surgem como “incertezas fabricadas”⁷ a partir do próprio processo de mudança ocorrido em Maricá. Tais situações de risco citadas acima não sucedem de fatores externos, mas do próprio

desenvolvimento do município, em conexão com o advento da modernidade reflexiva caracterizado por Beck (BECK, 2010b; BECK, 2015).

A poluição das lagoas se agrava com a precária estrutura de saneamento básico existente no município. Além disso, com o crescimento da população, destaca-se, também, o problema referente à distribuição de água em Maricá. Como colocam os entrevistados das secretarias, há o risco de não ter água suficiente para abastecer a cidade: “Estudos apontam que Maricá não tem um potencial hidrológico de abastecimento, a água vai ter que vir de outro local. Hoje já depende, o centro da cidade já tem captação em dois poços em outras cidades, e mesmo assim falta água (entrevistado(a) da SCS)”.

Os riscos e as formas para lidar com eles, neste contexto, não estão circunscritos à Maricá, mas transpassam as suas fronteiras. Os problemas socioambientais passam a exigir ações regionais para solucioná-los, já que estão além da dimensão político-administrativa do município, ressaltando o caráter interligado destas questões (LEFF, 2014). Em outras palavras, diante destes novos riscos, caracterizados como constitutivos da sociedade de risco contemporânea, onde há uma interdependência cada vez maior entre os locais, regiões e países, há a necessidade de articular novas políticas para enfrentá-los (BECK, 2010A; BECK, 2011; BECK, 2015; BOSCO; DI GIULIO, 2015; BOSCO, 2016).

Nesse sentido, ao compreender os riscos como difusos, visto que são capazes de transpassar um determinado local, a gravidade das consequências e o período em que estas podem ocorrer passam a ser incalculáveis (BECK, 2010b). Esta imprevisibilidade em relação à dimensão espacial e temporal dos riscos é evidenciada empiricamente a partir da fala do(a) representante das CP ao questionar estudos locais que visam calcular os lugares exatos que deveriam ser compensados, caso ocorresse um desastre vinculado à exploração de petróleo na região:

Uma coisa que me chateou foi o estudo utilizado para sustentar a necessidade de compensação na ocorrência de um desastre, que aponta apenas os pescadores de mar como prejudicados. Isso não existe. Os pescadores de lagoa não foram considerados, mas, se tiver um desastre, vai afetar todo mundo diretamente, e vai compensar só os pescadores que pescam no mar. Espero que eles revejam isso (entrevistado(a) das CP).

Essa constatação em relação aos riscos na contemporaneidade coloca em questão a funcionalidade de instrumentos de gestão ambiental como a CF, visto que esta se alicerça em uma compreensão objetiva do risco no que tange a sua definição e localização geográfica (ZINN, 2008; ZHOURI, 2008), não sendo capaz de lidar com a sua deslocalização e incalculabilidade (BECK, 2010b; BECK, 2015). A CF, enquanto um instrumento econômico, fundamenta-se a partir de uma perspectiva técnico-científica, onde os graus de aceitabilidade de um determinado risco em relação à exploração de

petróleo são passíveis de serem calculados e, por isso, compensados. Diferentemente do aspecto social destacado anteriormente, abrange a significação dos riscos que visa compensar de forma objetiva, isto é, apartada da percepção do indivíduo (DOUGLAS, 1986; LUPTON, 1999, ZINN, 2008; ZHOURI, 2008). Configura-se, portanto, como uma solução econômica e materializada que escapa das responsabilidades e consequências subjetivas e dos laços sociais e ambientais dos riscos tecnológicos e geofísicos vinculados à exploração de petróleo, desconsiderando o caráter discutível e duvidoso característico na definição destes riscos (MARTINEZ-ALIER, 2011; BECK, 2015).

Em suma, as percepções de risco expostas aqui destacam o seu caráter múltiplo em Maricá. Os riscos são percebidos de formas distintas entre os entrevistados das secretarias da prefeitura, da FIPERJ e o(a) representante das CP da região. Foi possível notar que a definição dos riscos se apresenta de forma importante na determinação de como os recursos da CF são alocados em Maricá. Neste cenário, o entrelaçamento das percepções de risco dos pescadores e dos atores vinculados à prefeitura configura relações de poder desiguais ao abarcar interesses específicos na escolha do que representam benefícios e prejuízos relacionados à exploração de petróleo e uso da CF (ZHOURI, LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005; ZHOURI, 2008; BECK, 2010B; LEAL, 2013; BECK, 2015).

As percepções dos riscos aqui descritas, apesar de serem atravessadas por aspectos individuais, apresentam, dentro do contexto em que emergiram, um significado político e social. Nesse sentido, parece ser importante não restringir a discussão destes às definições técnico-científicas, mas reconhecer o seu caráter político, abarcando-o nas decisões que envolvem a exploração de petróleo e o uso das CF (BECK, 2000; FLYNN; SLOVIC, 2000; BECK, 2015). Dito de outra forma, contrapondo-se a uma definição objetiva ou privilegiada do risco, é também importante considerar a percepção dos pescadores para a construção de políticas que busquem cenários socioecológicos mais equitativos em Maricá (LEFF, 2014).

Por último, nota-se a partir das percepções sobre os riscos em Maricá, que há uma reflexividade das ações em relação ao uso das CF. Em outras palavras, a forma como vem sendo usada a compensação acaba gerando mais riscos, para além daqueles existentes na exploração de petróleo. Os problemas socioambientais em Maricá, portanto, não surgem de forma externa, ou como uma externalidade negativa, como compreende a CF, mas como um problema gerado pela própria ação realizada a partir das CF nesse município (BECK, 2010b; BECK, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que apesar do conceito de sociedade de risco proposto por Beck (2010b) ter contribuído para alcançar o objetivo deste artigo, nota-se, a partir da análise das percepções de risco em Maricá, que há um entrelaçamento significativo nesta realidade entre as duas modernidades abordadas pelo autor – a primeira modernidade, vinculada à sociedade industrial, e a modernidade reflexiva, referente à sociedade de risco. Detalhadamente, há, ainda, uma ampla preocupação com questões sociais básicas – como a pobreza e a desigualdade –, relacionadas à primeira modernidade, que são alvo das políticas financiadas pela CF. Concomitantemente, conectada à modernidade reflexiva, observou-se, também, uma preocupação dos atores entrevistados com determinados riscos socioambientais existentes no local. No entanto, a partir das entrevistas aqui apresentadas, não é possível afirmar que a preocupação em relação aos riscos superou a atenção dada às questões sociais básicas. Tal constatação aponta os limites do conceito referente à sociedade de risco de Beck ao ser utilizado para analisar países como o Brasil (GUIVANT, 1998; ACSELRAD; MELLO, 2002; COSTA, 2006; BHAMBRA, 2011; BOSCO; DI GIULIO, 2015; BOSCO, 2016; BOSCO; FERREIRA, 2016).

Por fim, ressalta-se que a partir dos resultados obtidos neste artigo, surge como importante, em estudos futuros, a análise das percepções de risco em relação à exploração de recursos naturais em outros municípios brasileiros, conectada tanto ao petróleo, como ao minério e ao uso de recursos hídricos para a geração de energia. Como sugestão, estes estudos podem contribuir para a construção de um retrato mais detalhado sobre os limites e possibilidades da CF, enquanto instrumento de gestão ambiental, abarcando a perspectiva da sustentabilidade social, ecológica ambiental e cultural.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. **Ecologia Política. Naturaleza, sociedad y utopía**, p. 293-317, 2002.

ACSELRAD, Henri. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. **Revista de Administração Pública**, v.25, n.4, p.53-68, 1991.

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade, território e justiça ambiental no Brasil. *In*: MIRANDA, Ary Carvalho *et al.* (org.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 101-116.

ATKINSON, Rowland; FLINT, John. Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies. **Social research update**, v.33, n.1, p. 1-4, 2001.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. *In*: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (org.). **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Celta Editora, 2000. p. 1-51.

BECK, Ulrich. Climate for change, or how to create a green modernity? **Theory, Culture & Society**, v.27, n.2-3, p.254-266, 2010a.

BECK, Ulrich. Cosmopolitanism as imagined communities of global risk. **American behavioral scientist**, v.55, n.10, p.1346-1361, 2011.

BECK, Ulrich. **Incertezas fabricadas**: entrevista com Ulrich Beck. São Leopoldo: IHU ONLINE, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3xkXXKp>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**. São Paulo: Editora 34, 2010b.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco Mundial**: em busca da segurança perdida. Lisboa: Edições 70, 2015.

BETIM, Felipe. **Maricá, no Rio, preserva empregos e negócios na pandemia e coloca a renda básica no centro do debate**. El País, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2VnFcZx>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BHAMBRA, Gurinder. Cosmopolitanism and post-colonial critique. *In*: ROVISCO, Maria; NOWICKA, Magdalena (orgs.). **The Ashgate Companion to Cosmopolitanism**. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2011. p. 313-28.

BLOWERS, Andrew. Environmental policy: ecological modernisation or the risk society? **Urban studies**, v.34, n.5-6, p.845-871, 1997.

BOSCO, Estevão; DI GIULIO, Gabriela Marques. Ulrich Beck: considerações sobre sua contribuição para os estudos em Ambiente e Sociedade e desafios. **Ambiente & Sociedade**, v.18, p.145-156, 2015.

BOSCO, Estevão; FERREIRA, Leila. Sociedade mundial de risco: teoria, críticas e desafios. **Sociologias**, v.18, p.232-264, 2016.

BOSCO, Estevão. **Sociedade de risco**: introdução à sociologia cosmopolita de Ulrich Beck. São Paulo: Annablume, 2016.

BRODY, Samuel *et al.* Examining the relationship between physical vulnerability and public perceptions of global climate change in the United States. **Environment and behavior**, v.40, n.1, p.72-95, 2008.

BURSZTYN, Marcel & BURSZTYN, Maria. **Fundamentos de política e gestão ambiental**: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos. Teoria Social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DA SILVA, Leonio José Alves. Responsabilidade civil difusa e exploração do pré-sal brasileiro. **Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco**, n.5, p.223-248, 2013.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

DI GIULIO, Gabriela Marques et al. Percepção de risco: um campo de interesse para a interface ambiente, saúde e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**, v.24, p.1217-1231, 2015.

DOUGLAS, Mary. **Risk Acceptability According to the Social Sciences**. Russell Sage Foundation, 1986.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n.24, p.213-225, 2004.

FABRICIO, Hellen *et al.* Avaliação dos impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes do desenvolvimento urbano no município de Maricá. **Enciclopédia Biosfera**, v.15, n.27, 2018.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FIOCRUZ. Rio de Janeiro: Comunidades urbanas, pescadores artesanais, organizações e movimentos sociais se mobilizam para impedir que o Terminal Portuário de Ponta Negra destrua a sociobiodiversidade de Maricá. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3C4MOB2>. Acesso em: 31 jul. 2021.

FLYNN, James; SLOVIC, Paul. Avaliações dos peritos e do público acerca dos riscos tecnológicos. *In*: GONÇALVES, Maria (org). **Cultura científica e participação pública**. Oeiras: Celta, 2000. p. 109-128.

G1. Quase três toneladas de peixes mortos são retiradas de lagoas em Maricá, no RJ. G1 Inter Tv Região dos Lagos, 2021. Disponível em: <https://glo.bo/3Aadij9>. Acesso em: 31 jul. 2021.

GUIVANT, Julia. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v.46, n.2, p.3-37, 1998.

HANNIGAN, John. **Environmental sociology**. Londres: Routledge, 2006.

HUBER, Joseph. Towards industrial ecology: sustainable development as a concept of ecological modernization. **Journal of environmental policy and planning**, v.2, n.4, p.269-285, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em: 31 de julho de 2021.

IDR, Instituto Municipal de Pesquisa e Informação Darcy Ribeiro. **Maricá em números**. Rio de Janeiro: Prefeitura de Maricá, 2019.

KASPERSON, Roger; KASPERSON, Jeanne. **Social contours of risk**: Publics, risk communication and the social amplification of risk. Londres: Earthscan, 2005.

LEAL, Giuliana Franco. Justiça ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do Norte Fluminense. **Ambiente & Sociedade**, v.16, p.83-99, 2013.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEITE, José Rubens Morato; SILVA, Leonio José Alves da. Juridicidade do Dano Ambiental: gestão da zona costeira e aspectos da exploração do pré-sal pelo Brasil. **Sequência (Florianópolis)**, p.305-328, 2012.

LUPTON, Deborah. **Risk**. Londres: Routledge, 1999.

MAIO JUNIOR, Delanney Vidal Di; DE TADEUCCI, Marilsa Rodrigues Sá; DE OLIVEIRA, Edson Aparecida Araujo Querido. **Inovação na gestão pública dos riscos tecnológicos oriundos da indústria de petróleo e gás no Brasil**: um olhar a partir das práticas. Coimbra: RISCOS, 2014. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/34904> Acesso em: 31 jul. 2021

MAY, Tim. **Social research**: issues, methods and research. Reino Unido: McGraw-Hill Education, 2011.

MARTINEZ-ALIER, Joan. Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos. In: FERREIRA, Leila (org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997, pp.122-135.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2011.

MOL, Arthur; SONNENFELD, David. **Ecological modernisation around the world**: Perspectives and critical debates. Londres: Routledge, 2014.

MURALHA, Luis. **PAE, PAT e Mumbuca são prorrogados até 2021**. Prefeitura de Maricá, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3C1f8UV>. Acesso em: 31 de julho de 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **Environmentally Related Taxes in OECD Countries**: Issues and Strategies. Paris: OECD Publishing, 2001.

PEREIRA, Amanda Souza et al. **As Políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ**. IPEA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10420> Acesso em: 31 jul. 2021.

PIGOU, Arthur Cecil. **The Economics of Welfare**. Londres: Macmillan, 1920.

RENN, Ortwin. Concepts of risk: a classification. *In*: KRIMSKY, Sheldon (org.). **Social Theories of Risk**. Westport: Praeger, 1992. p.53-79.

RENN, Ortwin. **Risk governance**: coping with uncertainty in a complex world. Londres: Earthscan, 2008.

ROSS, Michael. The political economy of the resource curse. **World politics**, v.51, n.2, p.297-322, 1999.

ROSSER, Andrew. The political economy of the resource curse: A literature survey. **IDS Working Paper 268**, 2006.

SANTOS, Marcelo Pereira dos. **Repensando a exploração do petróleo no brasil e a concepção do pré-sal sob a perspectiva da sociedade de risco**. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI - João Pessoa. Anais, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3ifhEix> Acesso em: 31 jul. 2021.

SOCHACZEWSKI, Jacques. **Contexto do desenvolvimento adotado pelo Município de Maricá, RJ**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2004.

SOUZA, Erich Moura Soares de. Um resort na restinga de Maricá/RJ: modernização do território e destruição da pesca artesanal em uma área de proteção ambiental. Espaço e Economia. **Revista brasileira de geografia econômica**, n. 6, 2015.

TEIXEIRA, Raquel; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. **RBCS**, v.36, n.105, p.e3610501, 2021.

TOLEDO, Luane Marques *et al.* Panorama do Sistema Lagunar de Maricá–RJ: Indicadores de Saneamento vs. Qualidade de Água. **Revista Internacional de Ciências**, v.11, n.1, p.6-24, 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v.22, n.44, p.203-220, 2014.

WATTS, Michael. Petro-Violence: Community, Extraction, and Political Ecology of a Mythic. *In*: PELUSO, Nancy Lee; WATTS, Michael (orgs.). **Violent environments**. Londres: Cornell University Press, 2001, p.189.

WILKINSON, Iain. Social theories of risk perception: At once indispensable and insufficient. **Current sociology**, v.49, n.1, p.1-22, 2001.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. *In*: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA (org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.11.

ZHOURI, Andréa. Megaprojects, epistemological violence and environmental conflicts in Brazil. **Perfiles Económicos**, v.5, p.7-33, 2018.

ZHOURI, Andréa. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental. **RBCS**, v.23, n.68, p.97-107, 2008.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & sociedade**, v.10, n.2, p.119-135, 2007.

ZINN, Jens. **Social theories of risk and uncertainty**: an introduction. Oxford: Blackwell, 2008.

Notas

¹ Mais informações, acessar: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes>

² Beck (2010b) destaca que na modernização ocorre uma reflexividade, uma auto confrontação, entre as racionalidades institucionalizadas e os efeitos não previstos desencadeados pela própria modernização. Nesse processo, as instituições e a sociedade passam a agir sobre si mesma, visando prevenir, mitigar ou remediar os riscos da modernização. O "risco" surge como uma categoria para compreender essa situação atual da modernidade, caracterizada pela reflexividade.

³ A Lei referente à captação de recursos advindos do petróleo, nº 9.478, foi instituída em 1997 e é denominada Lei do Petróleo. Estabelece as diretrizes básicas para a regulação da indústria do petróleo no Brasil. Neste contexto, as entidades governamentais – União, estados e municípios – passaram a ter participações financeiras a partir de quatro modalidades, de acordo com o art. 45 daquela legislação: o bônus de assinatura, os royalties, as participações especiais e a taxa de ocupação e retenção da área. Os governadores e prefeitos têm discricionariedade para alocar o valor recebido da forma que julgar adequada, com exceção do gasto com pessoal e quitação de dívida pública.

⁴ Pesquisa de campo realizada pelo pesquisador entre 01/03/2021 e 19/03/2021.

⁵ Royalties, ou royalty, refere-se às CF vinculadas à exploração de petróleo.

⁶ Para mais informações sobre as políticas públicas implementadas em Maricá a partir da CF, consultar o site da prefeitura local: <https://www.marica.rj.gov.br/>

⁷ As "incertezas fabricadas" são apontadas por Beck como características da sociedade de risco. Sendo riscos não mensuráveis (Beck, 2006).